

João Peixoto, A Mobilidade Internacional dos Quadros: Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal, Oeiras, Celta Editora, 277 páginas 1999.

O estudo das migrações orienta-se quase exclusivamente para os movimentos de massas, mais visíveis e controversos social e politicamente, geralmente melhor documentados¹.

As teses dos anos 60 e 70 sobre o chamado *brain drain*, ou fuga de cérebros, despertaram interesse por um sector específico das migrações, a deslocação internacional de pessoas altamente qualificadas, de países menos desenvolvidos ou subdesenvolvidos (periferia) para os países avançados (centro). Tais movimentos demonstravam o interesse económico e de carreira por parte dos migrantes, mas apresentavam o aparente paradoxo de uma fuga de quadros dos países onde eram escassos para aqueles onde eram abundantes. Acrescia que uma boa parte dos gastos de formação desses quadros migrantes era paga pelos países de origem em sistemas públicos de ensino.

Não é difícil perceber a perturbação teórica e prática que tais movimentos lançavam sobre os problemas do desenvolvimento. A ideia de que os países do centro não exploravam apenas os recursos naturais e a

mão-de-obra barata dos países periféricos, como conseguiam ainda atrair os melhores quadros por eles formados, apontava para uma descapitalização material e humana aparentemente sem remissão. Numa época de forte carga ideológica, essa ideia era incorporada em teorias de contestação ao capitalismo, nomeadamente na tese da dependência.

Sem entrar a fundo no debate ideológico em torno da chamada fuga de cérebros, João Peixoto começa por analisar as questões teóricas e a evolução da investigação para uma perspectiva menos ideológica e mais complexa da mobilidade internacional de quadros. Por exemplo, deslocações com aparência de sentido único acabam por revelar uma realidade em que os retornos, em circunstâncias variadas — ciclo de vida, discriminação étnica ou religiosa nos países de destino, mudanças políticas nos países de origem —, fazem repensar os países do centro como zonas de experiência e qualificação de quadros que regressavam depois em condições de liderar projectos e instituições. Essa primeira parte do livro, mais teórica e geral, enquadra a segunda parte, em que o autor apresenta e discute os resultados da sua investigação aplicada ao caso português.

Ao quantificar o fenómeno nas décadas recentes, João Peixoto refere diversos fluxos de saída de portugueses e entrada de estrangeiros. Portugal aparece, ora como centro, ora como periferia, nesses fluxos que compreendem desde migrações independentes sem qualquer suporte ins-

¹ A investigação portuguesa encaixa nessas linhas gerais, embora o interesse pelos chamados «brasileiros» oitocentistas, por exemplo, aponte para uma componente que tem afinidades com a mobilidade de quadros (v. Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros*, Porto, 1994).

tucional a deslocações no âmbito de actividade de organizações políticas ou empresas (v. quadro-síntese, p. 153). Mas o tema central é a mobilidade de quadros — definidos como indivíduos com diploma superior e posições hierárquicas elevadas (p. 1) — nas empresas transnacionais, considerando tanto as empresas estrangeiras com actividade em Portugal como a relativamente nova realidade das empresas portuguesas com actividade no estrangeiro². São excluídos desta definição, embora referidos por comparação e contexto, os movimentos de curta duração.

Discutindo as relações entre as deslocações de dois anos ou mais — geralmente integradas em carreiras internacionais —, as visitas rápidas e as facilidades proporcionadas pelas tecnologias de informação, o autor salienta que estas permitem um contacto mais regular e intenso entre os quadros de uma empresa em diferentes países, mas não parece que possam substituir aquelas. A cultura da empresa, as relações de confiança e as hierarquias de controlo são razões fortes para que as colocações de quadros no exterior continuem a desempenhar um importante papel, apesar dos encargos e problemas que colocam.

Quanto ao peso relativo de «colonizadores» e «indígenas», existem situações muito diversas (v. quadro

² Se a internacionalização das empresas portuguesas é um fenómeno recente, as multinacionais são históricas numa fase de renovação e forte crescimento (v. «Globalisation: foreign friends», in *Economist*, 8 de Janeiro de 2000, pp. 87-88).

5.2, p. 179), mas o autor aponta uma tendência de ciclo de vida da empresa: numa fase inicial, a empresa instala toda uma equipa de quadros estrangeiros para lançar e implantar a sua actividade; depois, a regularização das operações e a experiência adquirida pelos quadros locais vão permitindo a indigenização; nos casos em que é decidido encerrar as operações, entra-se numa última fase, em que é frequente a entrada de quadros estrangeiros para supervisionar a liquidação.

No que diz respeito às oportunidades oferecidas aos quadros nacionais, parece mais fácil surgirem nos sectores em que os contactos e os conhecimentos locais são mais importantes, como o *marketing* e os recursos humanos. São muito resistentes à penetração indígena os cargos de administrador-delegado e director financeiro, embora sejam conhecidos exemplos relevantes em que os estrangeiros com essas funções permanecem muitos anos em Portugal, ganhando eles próprios características indígenas. Estas observações feitas a propósito das empresas estrangeiras em Portugal parecem igualmente aplicáveis às empresas portuguesas no estrangeiro³.

³ A capacidade dos quadros portugueses para fazer carreira nas empresas transnacionais é também discutida no estudo; trata-se, no entanto, de um aspecto embrionário numa realidade fluida, em que os organismos oficiais podem estimular a experimentação e abertura ao exterior por parte de jovens quadros (p. 214, nota 22) e os programas *Erasmus/Sócrates* parecem dar resultados no mesmo sentido (v. Helena Cristina Coelho, «Seleção de esperan-

Como reconhece o autor, falta-nos a perspectiva directa dos quadros migrantes (p. 230), uma vez que o estudo se baseia essencialmente nos dados obtidos junto das empresas, em entrevistas realizadas entre Março e Julho de 1996 (p. 231). Com uma informação nem sempre bem arrumada, por vezes repetitiva, trata-se, no entanto, de um contributo importante e inovador para o conhecimento de um tema de tratamento difícil, relevante e de grande actualidade.

JOAQUIM DA COSTA LEITE

Yannick Ripa, Les femmes, actrices de l'histoire. France, 1789-1945, Paris, Sedes, 1999, 191 páginas.

Obra de síntese, este livro da autoria de uma especialista do século XIX, vem colmatar uma lacuna: depois de mais de um quarto de século de história das mulheres em França, continuam a faltar manuais para os estudantes.

Numa introdução intitulada «Da história das mulheres à história do género», Yannick Ripa explica como, inicialmente, a história das mulheres

se centrou no objecto «mulheres» e depois evoluiu para a história das relações entre os dois sexos, ou seja, a história do género.

O livro está dividido em dez capítulos, de maneira cronológica. No final de cada capítulo há um quadro de síntese com as ideias principais e algumas indicações bibliográficas comentadas numa rubrica intitulada «Para saber mais».

Faz todo o sentido começar pela revolução francesa, que foi, segundo a autora, «uma esperança desiludida» para as mulheres. De facto, apesar da participação das mulheres na cena revolucionária, nomeadamente com a famosa marcha sobre Versalhes, a distinção entre cidadão passivo e cidadão activo «mostra às mulheres que elas não pertencem ao universal». Esta exclusão das mulheres da cidadania suscitou a reacção de uma feminista, Olympe de Gouges, que escreve, em 1791, uma declaração dos direitos da mulher e da cidadã, numa resposta provocadora à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. No artigo I da sua declaração, Olympe de Gouges escreve: «A mulher nasce livre e igual ao homem em direitos.» Esta declaração, que não teve grande impacto na altura, ficará para a história das mulheres como o primeiro grande texto feminista.

O século XIX vê o reforço da diferença entre os sexos. A separação entre a esfera privada, reservada às mulheres, e a esfera pública, para os homens, acentua-se. O código civil de 1804 legaliza a hierarquia entre os

cas», in *Visão* de 29 de Abril de 1999, pp. 98-104; Bárbara Araújo e Helena Cristina Coelho, «Jovens e globais», in *Visão* de 13 de Janeiro de 2000, pp. 76-83).